

SITUAÇÃO SALARIAL

A ADUNICAMP vê com apreensão a forma descuidada com que vem sendo feita a divulgação do reajuste salarial e do pagamento de atrasados para os docentes, por parte da Reitoria e do Governo do Estado. Dada a insistência na forma com que são feitos os anúncios, chega a nos parecer que esta é uma estratégia que visa a desmobilização dos docentes, em sua luta para garantir salários dignos.

É necessário neste momento retomar o entendimento de nossa situação real. A chamada "equiparação" com as federais não passa de um reajuste pouco acima dos 4 gatilhos que ainda não foram pagos, e fica abaixo do devido se incorporarmos os resíduos desses gatilhos, que já estão sendo pagos por todas as empresas privadas. Mais que isso, a equiparação real demandaria reajustes maiores para os níveis MS-1, MS-2 e MS-3, conforme demonstrado em nosso boletim anterior.

O percentual de reajuste necessário para que recuperemos nosso poder aquisitivo alcançado com o salário de Janeiro de 87 é de 186,32% sobre esse salário, que corresponde à variação do IPC no período. Isto significa 27,2% sobre o valor anunciado na "equiparação" dos níveis MS-1 e MS-2 e 34% sobre os outros níveis. Acresce-se a isso a correção monetária dos valores atrasados, de gatilhos e resíduos, que tampouco estão sendo pagos.

Os docentes das Universidades estaduais e o funcionalismo em geral devem, neste momento, exigir o pagamento imediato dos salários devidos. Além disso, devem lutar pela recuperação do seu poder aquisitivo, cada vez mais reduzido pela política econômica implantada pelo governo federal e pelo arrocho salarial imposto pelos governadores ao funcionalismo estadual.

A ADUNICAMP convoca os docentes para uma Assembléia Geral, dia 11/08, às 13:00 horas, na Sala IF-30, para discutirmos nossa situação salarial e a integração à mobilização de toda a sociedade, por eleições diretas para presidente, por uma nova constituição democrática e pela GREVE GERAL no dia 20 de agosto.

S A R N E Y GOLPEIA A CIÊNCIA NACIONAL

Em atitude que evidencia claro ataque ao desenvolvimento científico do país, o presidente Sarney cancelou o pagamento do salário de um pesquisador da FioCruz que iria para o exterior.

Além disso, mostrou clara disposição de proceder da mesma forma com todos os docentes e pesquisadores da área federal. Evidentemente não há condições de subsistir no exterior com as bolsas de pesquisa atualmente pagas pelos órgãos financiadores.

Além de repudiarmos essa postura do presidente frente às já graves dificuldades do desenvolvimento científico e tecnológico do país, externamos nossa preocupação com o fato de que políticas restritivas desse tipo, tomadas à nível federal, venham a ser adotadas pelo nosso obediente governador, que já mostrou em algumas oportunidades (lembrem-se dos gatilhos?) ser mais realista do que o rei...

SITUAÇÃO SALARIAL

A ADJUNTAÇÃO de um apêndice à forma de salários com que vem sendo feita a distribuição de rendimentos salariais e do pagamento de salários aos docentes, por parte da Comissão de Salários e de Governo do Estado, dá origem a uma forma com que são feitos os cálculos, chega a nos parecer que esta é uma situação que visa a desmobilização dos docentes, em sua luta para obter os salários devidos.

É necessário neste momento retomar o entendimento de nossa situação. A chamada "equiparação" com as federais, não passa de um simples ajuste de valores, e não uma forma de pagamento, e fica claro do ponto de vista dos cálculos que ainda não foram pagos, e fica claro do ponto de vista da incorporação de salários de outras federais, que os salários não foram pagos por todas as empresas privadas. Mais do que isso, a equiparação não demandaria reajustes maiores para os níveis MS-1, MS-2 e MS-3, conforme demonstrado em nosso relatório anterior.

O percentual de reajuste necessário para que recuperemos nosso poder aquisitivo alcançado com o salário de Janeiro de 67 é de 186,17, sobre esse salário, que corresponde a variação de 17% no período. Isso significa que o valor alcançado na "equiparação" dos níveis MS-1 e MS-2 é de 107,7% sobre o atual nível. Acrescenta-se a isso a correção monetária dos salários de outras federais e estaduais, que também serão pagos.

Os docentes das Universidades estaduais e o funcionalismo em geral, neste momento exigem o pagamento imediato dos salários devidos. Além disso, devem lutar pela recuperação do seu poder aquisitivo, cada vez mais reduzido pela política econômica implantada pelo governo federal e pelo abandono salarial imposto pelos governadores no funcionalismo estadual.

A ADJUNTAÇÃO de um apêndice aos docentes para a Assembleia Geral, em 11 de maio de 1968, às 17 horas, na Sala 17-30, para discutir os pontos salariais, é um ato que visa a mobilização de toda a sociedade, por eleições diretas para presidente, por uma nova constituinte democrática e pela CNEVE CERJ, no dia 20 de agosto.

S A R N E Y, COMISSÃO NACIONAL

Em atitude que evidencia claro desejo de desenvolvimento econômico, o presidente Sarney cancela o pagamento de salários de 70 milhões de dólares para a luta pela paz e exterior.

Além disso, mostra clara disposição de proceder de forma correta com os docentes e pesquisadores de nível federal. Evidentemente não há condições de sustentar no exterior com os salários de pesquisa, especialmente pelos órgãos financiadores.

Além de revidar essa postura do presidente frente às 15 mil universidades de desenvolvimento científico e tecnológico do país, exterioriza-se nossa preocupação com o fato de que políticas restritivas desse tipo, tomadas a nível federal, venham a ser adotadas pelo nosso poder público. Não se pode contar com algumas organizações (empresas de nível federal) para mais do que o que o rei...